



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2025**

Processo Nº: 0007884-71.2024.6.08.8000

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**

Tipo: **MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM**

Modo de Disputa: **ABERTO E FECHADO**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURO DE VEÍCULOS.**

**Legislação:** **Lei nº 14.133/2021** (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e Lei Complementar 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014)

**Órgão Interessado:** Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, CNPJ n.º 03.910.634/0001-70, edifício-sede situado na Av. João Baptista Parra, 575, Praia do Suá - Vitória/ES, CEP 29052-123, fone (27) 2121-8614/2121-8447, [www.tre-es.jus.br](http://www.tre-es.jus.br)

**Sessão Pública:** **18 de junho de 2025, às 14:00 h** (horário de Brasília), com participação exclusivamente por meio de sistema eletrônico do Governo Federal, Compras ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**ANEXOS QUE COMPÕEM O EDITAL:**

**ANEXO I** – Termo de Referência

**ANEXO II** – Declaração de Dados Cadastrais do Licitante

**I DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a **contratação dos serviços de seguro de veículos**, conforme especificações constantes do **Anexo I** (Termo de Referência) deste Edital (**CATSER: 02276-4**).

**II DA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar desta licitação, os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema de Compras do Governo Federal.

**2.2** Não poderão participar deste Pregão ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

**2.2.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**2.2.2** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.2.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.2.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.2.4.1** A impossibilidade de participação será verificada através da consulta aos seguintes Cadastros: **CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**, **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**, mantidos pela Controladoria Geral da União – CGU, no **CNCIAI – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade**, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no **SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores** e **TCU – Tribunal de Contas da União**;

**2.2.4.2** Para fins de cumprimento ao disposto no item 2.2.4, durante a fase de julgamento das propostas (após a fase de lances), será realizada verificação “online”, pelo Pregoeiro, em relação à empresa melhor classificada, quanto aos possíveis registros da empresa nos cadastros **CEIS, CNEP, CNCIAI, SICAF e TCU - Lista de responsáveis declarados inidôneos para participar de licitação**.

**2.2.4.2.1** As certidões constantes no item 2.2.4 (**CEIS, CNEP, CNCIAI e TCU**) poderão ser consultadas através do sítio oficial do Tribunal de Contas da União (certidões APF/consulta consolidada de pessoa jurídica).

**2.2.4.2.2** Em relação ao **Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI**, estarão impedidas de participar deste Pregão as empresas proibidas de contratar e receber incentivos fiscais e creditícios do Poder Público.

**2.2.4.2.3** As sanções registradas nos cadastros restritivo serão analisadas de acordo com a penalidade aplicada caso a caso, em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas da União.

**2.2.4.2.4** O impedimento de que trata o item **2.2.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.2.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**2.2.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.2.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.2.8** Agente público (direta ou indiretamente) do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.2.9** Corretor de seguros, seja pessoa física ou jurídica, com fundamento no artigo 122 do Decreto-Lei nº 73/1966 e §1º, do artigo 1º, do Decreto nº 59.417/66 e na Jurisprudência do Colendo Tribunal de Contas da União.

**2.3** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.2.2 e 2.2.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.4** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.5** O disposto nos itens **2.2.2 e 2.2.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.6** A vedação de que trata o item **2.2.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.7** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**2.7.1** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**2.7.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**2.7.3** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**2.7.4** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**2.8** Na fase de julgamento das propostas da Sessão Pública, quando da identificação de sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham sócios, diretores ou representantes legais em comum, o Pregoeiro verificará a presença, ou não, de indícios outros que possam sugerir a ocorrência de fraude ou de conluio.

**2.8.1** Havendo fortes suspeitas da ocorrência de fraude ou de conluio, o Pregoeiro fará a desclassificação de todas as empresas integrantes do grupo econômico, apresentando as razões que o levaram a tal decisão.

### III DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

**3.1** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico Compras, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**3.2** Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar **credenciados junto ao órgão provedor previamente à data de realização do Pregão**.

**3.3** O licitante responsabiliza-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, promotor da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.4** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

### IV DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

**4.1** Os **licitantes encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**4.2** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão **retirar ou substituir** a proposta anteriormente inseridos no sistema;

**4.3** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**4.4** Os documentos serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

**4.4.1** Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, **prorrogável uma única vez por igual período**, após a solicitação do pregoeiro no sistema Compras.gov.

**4.4.1.1** A prorrogação de que trata este subitem 4.4.1, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante **durante o decurso de prazo concedido**; ou
- b) de ofício, a critério do pregoeiro.

**4.4.1.2** Findo o prazo concedido, o pregoeiro ENCERRARÁ a CONVOCAÇÃO, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar novos documentos.

## **V DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**5.1** A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **COM VALOR TOTAL DO ITEM (PRÊMIO)**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**5.2** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.3** A proposta deverá conter somente duas casas decimais.

**5.4** A apresentação da proposta implica na **aceitação de todas as condições** deste edital, em especial:

- a) **validade da proposta**, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a serem contados da data da efetiva abertura das propostas;
- b) **prestação do serviço** em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) do Edital;

**b.1)** O **prazo de vigência** terá início às 0 (zero) hora do dia **04/07/2025** e término às 24 horas do dia **03/07/2027**.

**b.2)** ocorrendo divergência entre a descrição do serviço constante no código SIASG (CATSER) e no Termo de Referência (Anexo I), prevalecerá a descrição deste último;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

c) **cotação de preço** para o objeto a ser contratado contemplando todos os encargos previstos;

**c.1) No valor da proposta deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao serviço a ser prestado, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas fiscais, CUSTO DE APÓLICE, e quaisquer despesas extras e necessárias, não especificadas neste Pregão, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação;**

**c.2) Na proposta deverá constar apenas o valor do prêmio e o valor da franquia normal obrigatória, não sendo aceitas franquias facultativas.**

## VI DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

**6.1** A partir do horário previsto no edital, a sessão pública será aberta, via sistema eletrônico.

**6.2** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

## VII DA FORMULAÇÃO E JULGAMENTO DOS LANCES E DA PROPOSTA

**7.1** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances para o objeto cotado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro, observado o disposto na IN/SEGES nº 73/2022.

**7.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos no **VALOR TOTAL DO ITEM (PRÊMIO)**, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**7.2.1** Deverá ser observado o intervalo mínimo de **diferença de valor percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento)** que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**7.3** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.4** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto e fechado"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**7.5** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.6** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- 7.7 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.8 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.9 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10 **Poderá o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 7.11 Não serão aceitos dois ou mais **lances iguais**, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.12 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado por item, vedada a identificação do licitante.
- 7.13 Na hipótese de o sistema eletrônico **desconectar para o pregoeiro** no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública **e permanecer acessível aos licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.14 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.15 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta (de acordo com o menor preço constante da pesquisa de mercado) ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.
- 7.16 Encerradas as etapas de lances e negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, conforme termo de referência.
- 7.17 Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 7.17.1 Ocorrendo a situação a que se refere este item, a pregoeiro **deverá** negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.17.2 Caso o pregoeiro não obtenha êxito na negociação, será desclassificada a proposta que apresentar preço final superior ao máximo fixado.
- 7.18 A proposta e os lances deverão conter somente duas casas decimais.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**7.19** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de **desempate** previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**7.20** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.20.1** Persistindo o empate **e não havendo possibilidade do sorteio via sistema Compras**, o pregoeiro realizará sorteio público para classificação das propostas.

a) O sorteio, conforme previsão contida no item 7.20.1 do instrumento convocatório, terá como base o resultado da "**Loteria Federal**" e considerará o concurso seguinte à comunicação registrada pelo pregoeiro, via "chat";

b) Caso o empate ocorra somente entre **duas propostas**, as propostas empatadas serão organizadas por ordem alfabética da respectiva razão social, atribuindo os números PARES à primeira (0, 2, 4, 6, 8) e os números ÍMPARES à segunda (1, 3, 5, 7, 9);

c) Havendo **mais de duas propostas** empatadas, elas serão organizadas por ordem alfabética da respectiva razão social atribuindo o número "0" (zero) à primeira, "1" (um) à segunda, "2" (dois) à terceira, e assim sucessivamente, até número "9";

d) Será classificada em 1º lugar a empresa cujo número atribuído for IGUAL ao primeiro dígito referente ao 1º prêmio do concurso;

e) Caso não seja possível definir o vencedor com base no item anterior, será considerado o 2º dígito do 1º prêmio para que haja essa definição, e assim sucessivamente até o último dígito do 5º prêmio do referido concurso;

f) Para determinar a ordem alfabética serão consideradas apenas as letras que compõem a razão social, desprezando-se os demais caracteres.

**7.21** Na hipótese de necessidade de **suspensão da sessão pública para a realização de diligências**, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

## VIII DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

**8.1** No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de **menor preço total por item (do prêmio)**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

**8.2** O objeto deste PREGÃO será adjudicado **por item** ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## IX. DA HABILITAÇÃO

**9.1** Para participar da presente Licitação, o licitante deverá estar credenciado no SICAF, com a **documentação relativa ao FGTS, Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional regularizada**, podendo sua comprovação ser verificada "*on line*" pelo Pregoeiro.

**9.2 Além da documentação acima**, será necessária, ainda, a apresentação das seguintes provas de regularidade, que também poderão ser verificadas pelo pregoeiro de forma "*on line*":

**9.2.1 Fazenda Municipal** da sede ou do domicílio da empresa licitante;

**9.2.2 Justiça do Trabalho.**

**9.3** O licitante deverá preencher também, no momento do envio da proposta comercial, no sistema Compras.gov, as seguintes declarações:

a) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

b) De que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.

c) De que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

**9.4** Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Pregoeiro poderá consultar o documento do licitante vencedor nos sítios das entidades responsáveis ou, por fim, solicitar seu envio **via sistema "Compras"** na forma de "anexo", **no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, CONTADO DA COMUNICAÇÃO DO PREGOEIRO VIA "CHAT".

**9.4.1 A prorrogação de que trata o item 9.4**, poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante durante o decurso de prazo concedido; ou

b) de ofício, a critério do pregoeiro.

**9.5** Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da empresa licitante e com indicação do número do CNPJ e endereço.

**9.5.1 Se o licitante for a matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

**9.5.2 Se o licitante for a filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**9.5.3** Caso a participação neste procedimento se dê por um estabelecimento e a execução contratual por outro da mesma empresa (Matriz/Filiais), a habilitação dar-se-á por ambos, conforme número(s) de CNPJ(s) informado(s) na **DECLARAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DO LICITANTE**.

**9.6** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado.

## **X. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**10.1** Até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, **por meio eletrônico, via internet, no endereço [slc@tre-es.jus.br](mailto:slc@tre-es.jus.br)**.

**10.2** Caberá ao pregoeiro, podendo ser auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no **prazo de 03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**10.4** As **respostas** aos pedidos de impugnação formulados, serão divulgados na página web do Sistema Compras, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), bem como no sítio eletrônico deste Regional ([www.tre-es.jus.br](http://www.tre-es.jus.br)), no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo de responsabilidade das empresas interessadas em participar do certame o acesso para obtenção das informações prestadas.

## **XI. DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS, COMUNICADOS E ALTERAÇÕES**

**11.1** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, **via internet, no endereço [slc@tre-es.jus.br](mailto:slc@tre-es.jus.br)**.

**11.2** As **respostas** aos pedidos formulados, bem como os **comunicados** ou **alterações necessárias**, serão divulgados mediante nota na página web do Sistema Compras, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), bem como no sítio eletrônico deste Regional ([www.tre-es.jus.br](http://www.tre-es.jus.br)), no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo de responsabilidade das empresas interessadas em participar do certame o acesso para obtenção das informações prestadas.

## **XII. DO RECURSO**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**12.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**12.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**12.3** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**12.4** O(s) recurso(s) será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua **decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**12.5** Julgado improcedente o recurso, o Presidente deste Tribunal fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

**12.6** Julgado procedente o recurso, serão considerados inválidos apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

### XIII. DA ADJUDICAÇÃO

**13.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto.

### XIV. DA HOMOLOGAÇÃO

**14.1** O Presidente deste Tribunal homologará a licitação, e a Administração convocará o adjudicatário para **retirar ou receber a nota de empenho** no prazo de 03 (três) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**14.2** Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a **retirar ou receber a nota de empenho**, será convocado outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, **retirar ou receber a nota de empenho**, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais.

### XV. DAS PENALIDADES

**15.1** O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho, ou a recusa em aceitá-la, implicará na cobrança de multa equivalente a **20% (vinte por cento)** do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta **da União** pelo período de até 3 (três) anos.

**15.1.1** Após a homologação do certame, e até o momento de emissão da nota de empenho/assinatura do instrumento contratual, o licitante vencedor, que estiver impedido de licitar e contratar com a Administração ou tiver perdido a sua condição



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

de habilitação, sujeitar-se-á ao pagamento de multa equivalente a **20%** (vinte por cento) do valor adjudicado e no impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta **da União** pelo período de até 3 (três) anos.

**15.2** Em conformidade com as disposições previstas neste Edital, o licitante que descumprir as obrigações nele estipuladas e/ou praticar infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, ficará sujeito às sanções estabelecidas no **art. 156** da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, às constantes no Termo de Referência/Instrumento contratual e, ainda, à seguinte penalidade:

**a) Por deixar de entregar documentação exigida para o certame ou não mantiver a proposta, o licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União, em conformidade com o disposto nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.**

**a.1)** A aplicação da penalidade fica condicionada à verificação da ocorrência das seguintes condutas:

**a.1.1)** Pedir desclassificação (desistência) ao final da disputa de lances, por ter ganho poucos itens de pequeno valor e não compensar economicamente o envio destes;

**a.1.2)** Enviar lances inexequíveis, para um mesmo item, reiteradas vezes (acima de duas) durante a sessão pública;

**a.1.3)** No decorrer da sessão pública, não encaminhar documentação exigida no Edital, relativa à proposta e/ou habilitação, enviar após o prazo editalício ou não apresentar documentação em cópia autenticada ou original, quando o Edital determinar.

**15.3** As sanções aplicadas serão publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

**15.4** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

## **XVI. DA DOTAÇÃO**

**16.1** A despesa decorrente da aquisição do objeto deste Edital correrá à conta de recursos específicos, já previamente reservados e consignados no orçamento anual deste Tribunal, em compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, conforme disposto no art. 16 da Lei Complementar n.º 101/2000:

**Ação: 02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado do Espírito Santo**

**Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

**Classificação Contábil: 339039.69 – Seguros em Geral**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## XVII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

### 17.1 O licitante vencedor ficará obrigado a:

- a) **Retirar ou receber a nota de empenho** no prazo estabelecido neste Edital, mantendo todas as condições de participação e habilitação nele existentes;
- b) Prestar os serviços em conformidade com as especificações previstas neste Edital e seus Anexos;
- c) prestar o serviço referente ao objeto contratado pelo **preço constante da Ata da Sessão Pública**;
- d) cumprir todas as obrigações delineadas neste Edital e seus demais Anexos, sujeitando-se às penalidades previstas no caso de inadimplemento;
- e) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;
- f) apresentar todas as certidões de regularidade fiscal tanto **da empresa participante da licitação, como daquela encarregada pela execução do objeto/contrato, no caso de matriz e filial**, devidamente atualizadas, **no ato da entrega dos materiais e na retirada da nota de empenho/no ato de assinatura do instrumento contratual, bem como da apresentação da Nota Fiscal/Fatura para pagamento**;
- g) Manter a mesma qualificação jurídico-fiscal utilizada durante o procedimento licitatório;
- h) Ocorrendo **alteração em relação a qualquer (quaisquer) CNPJ(s) informado(s) na sessão pública do Pregão Eletrônico (Matriz/Filiais)**, para fins de verificação da regularidade fiscal, deverá a empresa licitante requerer, formal e justificadamente, a alteração, com antecedência mínima de **08 (oito)** dias úteis da data prevista para o pagamento da correspondente nota fiscal. O pagamento estará condicionado à verificação da regularidade fiscal tanto da empresa participante da licitação, como daquela indicada para a execução do contrato.

## XVIII. DO PAGAMENTO

**18.1** O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao recebimento definitivo dos serviços / apresentação da apólice sem erros, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma.

**18.2** A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL **(01) via** na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

**18.3** A declaração de que trata o item anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**18.4** Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que o contratado efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere às retenções tributárias.

**18.5** A Nota Fiscal/Fatura apresentada por ocasião do pagamento deverá ser, OBRIGATORIAMENTE, emitida pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório.

**18.6** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao contratado pelo gestor do contrato e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

**18.7** O pagamento será efetuado, obedecida a ordem cronológica, nos termos do art. 141 da Lei n. 14.133/2021.

**18.8** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$                        $I = 6/100/365$                        $I = 0,0001643$     Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%

## **XIX. DA LEI Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)**

**19.1** É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**19.2** Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

## **XX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**20.1** Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

**20.2** O objeto deste PREGÃO poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.

**20.3** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**20.4** Nos procedimentos administrativos instaurados em razão de descumprimentos editalícios/contratuais, as empresas serão notificadas com base nos dados constantes do Anexo II (Declaração de Dados Cadastrais do Licitante).

**20.4.1** Na hipótese de insucesso da notificação conforme item anterior, o TRE/ES realizará a notificação por meio de aviso publicado no Diário Oficial da União e, de forma complementar, poderá publicá-la no Diário da Justiça Eletrônico deste Regional ([www.tre-es.jus.br](http://www.tre-es.jus.br))

**20.5** A declaração que trata o item anterior poderá ser apresentada, por meio de mensagem (chat) no sistema Compras, conforme modelo constante no Anexo II, no prazo de 30 (trinta) minutos, CONTADO DA COMUNICAÇÃO DO PREGOEIRO, VIA "CHAT".

**20.6** É da responsabilidade dos licitantes/contratados manterem os dados constantes do **Anexo II** devidamente atualizados perante a Administração.

**20.7** O licitante, ao cadastrar a sua proposta, deverá preencher todas as declarações contidas no Sistema Compras.gov.

**20.8** Em atenção à vedação de que trata o art. 6º-A, da Lei nº 10.522/2002, o fornecedor inscrito no CADIN, caso venha a vencer a licitação, deverá, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação emitida pelo TRE-ES, regularizar sua situação, sob pena de decair o direito à contratação. A verificação da situação do fornecedor no CADIN será realizada antes da emissão da nota de empenho, da assinatura de contrato e dos respectivos termos de aditamento.

Vitória/ES, 21 de maio de 2025.

**DES. CARLOS SIMÕES FONSECA**  
Presidente do TRE/ES



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**1. OBJETO**

**1.1.** Contratação dos serviços de seguro de veículos, conforme condições, quantidades e exigências contidas neste instrumento.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. JUSTIFICATIVA (MOTIVAÇÃO/NECESSIDADE)**

**2.1.1.** A presente contratação se faz necessária tendo em vista que os veículos do TRE estão em constante deslocamento, tanto na Grande Vitória, com para os municípios deste Estado, em razão da abrangência estadual da atuação desta Justiça Eleitoral, torna-se imprescindível a cobertura de seguro para os veículos da frota, assim como para usuários e terceiros, dando mais tranquilidade aos motoristas na condução dos veículos, bem como para esta Administração Judiciária que se verá resguardada diante de infortúnios.

**2.1.2.** O quantitativo de serviços foi calculado com base na atual frota do TRE-ES.

**2.1.3.** A fundamentação e os quantitativos a contratar encontram-se pormenorizados nos estudos técnicos preliminares, que embasaram a elaboração deste termo de referência.

**3. DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO OBJETO**

**3.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

ITEM	QUANTIDADE	CATER	VEÍCULO	PLACA	ANO/MOD.	COMBUSTÍVEL	CHASSI	RENAVAN
01	01	02276-4	RENAULT MASTER FURG	QRC0456	2018/2019	DIESEL	93YMAF4XEKJ615436	1172911328



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

			ÃO L3H2					
02	01	02276 -4	VW/ SPACE FOX TREND GII	OYJ08 26	2014/20 14	FLEX	9BWPB45Z1E415 6836	1021335 921
03	01	02276 -4	CITRO EM C4L M 2L ORIG	OVF6 365	2013/20 14	FLEX	8BCNDRFJVEG5 27119	9953713 69
04	01	02276 -4	CITRO EM C4L M 2L ORIG	OVF6 354	2013/20 14	FLEX	8BCNDRFJVEG5 27426	9953729 26
05	01	02276 -4	VW/ NOVO SPACE FOX CL MA	OYI09 18	2015/20 16	FLEX	9BWPB45Z6G402 9843	1072899 288
06	01	02276 -4	VW/ NOVO SPACE FOX CL MA	OYI09 17	2015/20 16	FLEX	9BWPB45Z2G402 9189	1072897 501
07	01	02276 -4	VW/ NOVO SPACE FOX CL MA	OYI09 13	2015/20 16	FLEX	9BWPB45Z2G402 9855	1072893 654
08	01	02276 -4	CITRO EM JUMPE R M33M	ODR3 938	2012/20 13	DIESEL	935ZBWMMMBD 2106018	0052891 0400
09	01	02276 -4	VW/ NOVO SPACE	OVF6 360	2015/20 16	FLEX	9BWPB45ZXG40 29909	1072886 607



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

			FOX CL MA					
10	01	02276 -4	VW/ SPACE FOX TL MBV	PPX09 01	2017/20 18	FLEX	8AWPB45Z3JA50 5011	1135314 370
11	01	02276 -4	CHEV/ SPIN 1.8 MT LS E	PPV90 60	2017/20 18	FLEX	9BGJG7520JB185 076	1134303 650
12	01	02276 -4	CHEV/ SPIN 1.8 MT LS E	QNH2 292	2017/20 18	FLEX	9BGJG7520JB172 016	1133701 431
13	01	02276 -4	CHEV/ SPIN 1.8 MT LS E	QNH2 375	2017/20 18	FLEX	9BGJG7520JB179 469	1133701 555
14	01	02276 -4	CHEV/ SPIN 1.8 MT LS E	PPV90 61	2017/20 18	FLEX	9BGJG7520JB187 856	1134861 092
15	01	02276 -4	MMC/L 200 TRITO N GL D	PPU82 36	2017/20 18	DIESEL	93XLNKB8TJCH 32992	1129554 055
16	01	02276 -4	VW/ 10.160 DRC 4X2	QNN8 605	2017/20 18	DIESEL	9531M62P3JR817 333	1137869 876
17	01	02276 -4	VW/ 10.160 DRC 4X2	QNN8 604	2017/20 18	DIESEL	9531M62P4JR820 449	1137871 374
18	01	02276 -4	CITRO EN AICRO	QRL9 E68	2019/20 20	FLEX	935SUNFN1LB53 7707	1216162 244





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

			SS LIVE MT					
19	01	02276 -4	TOYO TA CORO LA XEI	SFY7I 69	2023/20 23	FLEX	9BRB33BE3P215 4042	0135078 9230
20	01	02276 -4	TOYO TA CORO LA XEI	SFY7I 72	2023/20 23	FLEX	9BRB33BE6P215 4021	0135079 0815
21	01	02276 -4	FIAT SCUD O	SGF5 H39	2023/20 24	DIESEL	9VCVBYHVERA 0004698	0138247 4927

### 3.2. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

**3.2.1.** O objeto que se pretende contratar enquadra-se no conceito de serviços comuns e não deverão ser prestados de forma contínua.

## 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 4.1. Especificação dos Serviços:

**4.1.1.** Prestação de seguro total de veículo com cobertura de casco (colisão, incêndio, roubo), vidros/faróis/retrovisores, RCFV (DM/DP), APP morte e invalidez e assistência 24 (vinte e quatro) horas para os veículos descritos;

**4.1.2.** Para a cobertura abrangente (colisão, incêndio, roubo) será considerado 100% da tabela referenciada;

**4.1.3.** Em caso de colisão, o TRE/ES terá a faculdade de indicar a oficina que realizará o reparo.

### 4.2. Detalhamento da Cobertura Mínima Pretendida:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ITEM	Franquia	PLACA	VEÍCULO	ACESSÓRIOS	RCF/D M R\$	RCF/D P R\$	APP/ M R\$	APP/I R\$
01	NORMAL	QRC0456	RENAULT MASTER FURGÃO L3H2	AC/DH/VE/TE/AL	150.000,00	150.000,00	30.000,00	30.000,00
02	NORMAL	OYJ0826	VW/ SPACE FOX TREND GII	AC/DH/VE/TE/AL	150.000,00	150.000,00	30.000,00	30.000,00
03	NORMAL	OVF6365	CITROE M C4L M 2L ORIG	AC/DH/VE/TE/AL	150.000,00	150.000,00	30.000,00	30.000,00
04	NORMAL	OVF6354	CITROE M C4L M 2L ORIG	AC/DH/VE/TE/AL	150.000,00	150.000,00	30.000,00	30.000,00
05	NORMAL	OYI0918	VW/ NOVO SPACE FOX CL MA	AC/DH/VE/TE/AL	150.000,00	150.000,00	30.000,00	30.000,00
06	NORMAL	OYI0917	VW/ NOVO SPACE FOX CL MA	AC/DH/VE/TE/AL	150.000,00	150.000,00	30.000,00	30.000,00
07	NORMAL	OYI0913	VW/ NOVO SPACE FOX CL MA	AC/DH/VE/TE/AL	150.000,00	150.000,00	30.000,00	30.000,00
08	NORMAL	ODR3938	CITROE M JUMPER M33M	AC/DH/VE/TE/AL	150.000,00	150.000,00	30.000,00	30.000,00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

09	NORMA L	OVF636 0	VW/ NOVO SPACE FOX CL MA	AC/DH/VE/TE/ AL	150.000, 00	150.000, 00	30.000,0 0	30.000,0 0
10	NORMA L	PPX090 1	VW/ SPACE FOX TL MBV	AC/DH/VE/TE/ AL	150.000, 00	150.000, 00	30.000,0 0	30.000,0 0
11	NORMA L	PPV906 0	CHEV/ SPIN 1.8 MT LS E	AC/DH/VE/TE/ AL	150.000, 00	150.000, 00	30.000,0 0	30.000,0 0
12	NORMA L	QNH229 2	CHEV/ SPIN 1.8 MT LS E	AC/DH/VE/TE/ AL	150.000, 00	150.000, 00	30.000,0 0	30.000,0 0
13	NORMA L	QNH237 5	CHEV/ SPIN 1.8 MT LS E	AC/DH/VE/TE/ AL	150.000, 00	150.000, 00	30.000,0 0	30.000,0 0
14	NORMA L	PPV906 1	CHEV/ SPIN 1.8 MT LS E	AC/DH/VE/TE/ AL	150.000, 00	150.000, 00	30.000,0 0	30.000,0 0
15	NORMA L	PPU823 6	MMC/L2 00 TRITON GL D	AC/DH/VE/TE/ AL	150.000, 00	150.000, 00	30.000,0 0	30.000,0 0
16	NORMA L	QNN860 5	VW/ 10.160 DRC 4X2	AC/DH/VE/TE/ AL (BAÚ SECO)	220.000, 00	150.000, 00	30.000,0 0	30.000,0 0
17	NORMA L	QNN860 4	VW/ 10.160 DRC 4X2	AC/DH/VE/TE/ AL (BAÚ SECO)	220.000, 00	150.000, 00	30.000,0 0	30.000,0 0
18	NORMA L	QRL9E6 8	CITROE N AICROSS LIVE MT	AC/DH/VE/TE/ AL	150.000, 00	150.000, 00	30.000,0 0	30.000,0 0



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

19	NORMA L	SFY7I69	TOYOTA COROLA XEI	AC/DH/VE/TE/ AL	150.000, 00	150.000, 00	30.000,0 0	30.000,0 0
20	NORMA L	SFY7I72	TOYOTA COROLA XEI	AC/DH/VE/TE/ AL	150.000, 00	150.000, 00	30.000,0 0	30.000,0 0
21	NORMA L	SGF5H3 9	FIAT SCUDO	AC/DH/VE/TE/ AL	150.000, 00	150.000, 00	30.000,0 0	30.000,0 0

1) APP MORTE e APP INVALIDEZ: valor por passageiro.

2) ACESSÓRIOS: AC (ar-condicionado), DH (direção hidráulica), VE (vidros elétricos), TE (travas elétricas), AL (alarme).

3) Valor a ser considerado segurado para o acessório 'baú seco' dos itens 16 e 17: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

**4.3.3.** Poderá, o fiscal do contrato, ao seu alvitre ou a pedido de superior hierárquico, realizar uma inspeção nos materiais utilizados na execução dos serviços cobertos pelo seguro.

**4.3.4.** Os produtos utilizados na execução dos serviços cobertos pelo seguro somente serão aceitos se comprovada a sua boa qualidade.

#### **4.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**4.4.1.** Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, a quem compete realizar:

a) Anotação em registro próprio das falhas detectadas e demais ocorrências.

b) Comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

c) Informação a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**4.4.2.** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas no respectivo Contrato.

#### **4.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**4.5.1.** Receber/Retirar a nota de empenho no prazo 3 dias úteis. Havendo instrumento contratual, o mesmo deverá ser assinado digitalmente no prazo de 3 dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE-ES.

**4.5.2.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**4.5.3.** Arcar com todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**4.5.4.** Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.

**4.5.5.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

**4.5.6.** Comunicar ao TRE-ES, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

**4.5.7.** Fornecer e exigir dos funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles funcionários que se negarem a usá-los.

**4.5.8.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante, instruindo seus funcionários quanto à prevenção de incêndios.

**4.5.9.** Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional.

**4.5.10.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

**4.5.11.** Em atenção à vedação de que trata o art. 6º-A, da Lei nº 10.522/2002, o fornecedor inscrito no CADIN, caso venha a vencer a licitação, deverá, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação emitida pelo TRE-ES, regularizar sua situação, sob pena de decair o direito à contratação. A verificação da situação do fornecedor no CADIN será realizada antes





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

da emissão da nota de empenho, da assinatura de contrato e dos respectivos termos de aditamento.

#### **4.6. VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**4.6.1. O prazo de vigência terá início a zero hora 04/07/2025, e término às 24 horas do dia 03/07/2027;**

5.2. Caso não seja possível realizar a emissão da Nota de Empenho até a data inicial acima estipulada, a vigência da apólice terá início a zero hora do dia seguinte ao do recebimento da referida nota pela contratada.

#### **4.7. VISTORIA**

**4.7.1.** As empresas interessadas poderão efetuar uma visita aos veículos, na sede do TRE-ES, com o intuito de elaboração das propostas.

**4.7.2.** As visitas poderão ser agendadas no telefone (27) 2121-8626.

### **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### **5.1. PREPOSTO E COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA**

**5.1.1.** Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

**5.1.2.** A contratada poderá indicar o preposto que atuará como seu representante, mediante declaração com nome completo e qualificação profissional, contendo números de telefone (fixo e celular) e endereço eletrônico para contato.

**5.1.3.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **5.2. SANÇÕES APLICÁVEIS**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**5.2.1.** O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho ou a recusa em aceitá-la implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar com a UNIÃO pelo período de até 3 (três) anos;

**5.2.2.** Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas no art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

**a)** Pelo atraso injustificado no início ou na conclusão da execução do contrato, conforme o caso, a Contratada estará sujeita a multa de mora no percentual de 0,25% ao dia, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, calculada sobre o valor do objeto em atraso.

**b)** Pela inexecução parcial do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 15%, calculada sobre o valor do objeto ou período inexecutado, conforme o caso.

**c)** Pela inexecução total do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 30%, calculada sobre o valor total do contrato.

**d)** Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita a multa no percentual de 0,25% por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

**5.2.3.** Caracterizará a inexecução contratual:

**a)** inexecução total do contrato: a NÃO execução do serviço, expirados todos os prazos previstos.

**b)** inexecução parcial do contrato: o remanescente do contrato em caso de rescisão unilateral.

**5.2.4.** Poderão ser aplicadas as demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, cumuladas às multas acima previstas.

**5.2.5.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida.

II - as peculiaridades do caso concreto.

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**5.2.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada por meio de Guia de Recolhimento da União ou judicialmente.

**5.2.7.** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**5.2.8.** As sanções aplicadas serão publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

**5.2.9.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

**5.2.10.** A contagem dos prazos inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na execução do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

**5.2.11.** Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

**5.2.12.** No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**5.2.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## 6. PRAZOS E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## **6.1. PRAZO DE PAGAMENTO**

**6.1.1.** O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao recebimento definitivo dos serviços / apresentação da apólice sem erros, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma.

## **6.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO**

**6.2.1.** O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

**6.2.2.** O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento contratado.

**6.2.3.** Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

**6.2.4.** A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

**6.2.5.** A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**6.2.6.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , na qual: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso. I = Índice de compensação



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

financeira = 0,00016438, assim apurado:  $I = i/365$   $I = 6/100/365$   $I = 0,0001643$  Em que  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.

## 7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 7.1. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

**7.1.1.** Será considerado vencedor o proponente que apresentar o menor valor por item.

**7.1.2.** Na proposta deverá constar apenas o valor do prêmio e o valor da franquía normal obrigatória, não sendo aceitas franquias facultativas.

## 8. PREÇO ESTIMADO

### 8.1.

ITEM	VEÍCULO	PLACA	ANO/ MODELO	VALOR ESTIMADO (R\$)
01	Renault, Master Furgão L3H2	QRC 0456	2018/19	<b>6.581,77</b>
02	Volkswagen Space Fox Trendline 1.6, flex	OYJ 0826	2014	<b>2.846,63</b>
03	Citroen C4 Lounge Origine 2.0, flex	OVF 6365	2013/14	<b>3.331,43</b>
04	Citroen C4 Lounge Origine 2.0, flex	OVF 6354	2013/14	<b>3.332,46</b>
05	Volkswagen Space Fox Trendline 1.6, flex	OYI 0918	2014/15	<b>2.960,65</b>
06	Volkswagen Space Fox Trendline 1.6, flex	OYI 0917	2014/15	<b>2.960,65</b>
07	Volkswagen Space Fox Trendline	OYI 0913	2014/15	<b>2.960,65</b>





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ITEM	VEÍCULO	PLACA	ANO/ MODELO	VALOR ESTIMADO (R\$)
	1.6, flex			
08	Citroen Jumper 2.3, diesel	ODR 3938	2012/13	<b>6.741,38</b>
09	Volkswagen Space Fox Trendline 1.6, flex	OVF 6360	2014/15	<b>2.960,65</b>
10	Volkswagen Space Fox Trendline 1.6, flex	PPX 0901	2017/18	<b>2.715,85</b>
11	CHEV/ SPIN 1.8 MT LS E	PPV 9060	2017/18	<b>3.683,77</b>
12	CHEV/ SPIN 1.8 MT LS E	QNH 2292	2017/18	<b>3.683,77</b>
13	CHEV/ SPIN 1.8 MT LS E	QNH 2375	2017/18	<b>3.683,77</b>
14	CHEV/ SPIN 1.8 MT LS E	PPV 9061	2017/18	<b>3.717,10</b>
15	Mitsubishi, L200 Triton GL D	PPU 8236	2017/18	<b>6.347,35</b>
16	Volkswagen, 10.160 DRC 4x2	QNN 8605	2017/18	<b>8.535,40</b>
17	Volkswagen, 10.160 DRC 4x2	QNN 8604	2017/18	<b>8.535,40</b>
18	Citroen AirCross Live MT	QRL9E68	2019/20	<b>3.100,68</b>
19	Toyota Corolla XEI	SFY7I69	2023/2023	<b>6.028,37</b>
20	Toyota Corolla XEI	SFY7I72	2023/2023	<b>6.067,87</b>
21	Fiat Scudo	SGF5H39	2023/2024	<b>7.732,49</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**9.1.** A Contratação será custeada com recursos do Programa de Trabalho e Natureza de Despesa conforme apurado pelo setor competente do TRE-ES:

9.1.1.

### PROGRAMA DE TRABALHO

02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado do Espírito Santo

### PLANO ORÇAMENTÁRIO

0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa

### NATUREZA DA DESPESA

339039 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

69 – Seguros em Geral

### PLANO INTERNO

ADM SEGURO

### VALOR CONSIDERADO

R\$ 98.508,09 (noventa e oito mil quinhentos e oito reais e nove centavos)

### OBSERVAÇÃO

## 10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (Lei nº 13.709/2018)

**10.1.** É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**10.2.** Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**10.3.** Para fins de execução do contrato, não haverá compartilhamento de dados entre a Contratante e a Contratada.

**11. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**11.1.** Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

**ALKINDAR DA SILVA SPALA**

**Chefe de Seção**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DO LICITANTE

(Informações da empresa participante da licitação e daquela que executará o objeto/contrato, caso diferentes (Matriz/Filiais))

Endereço Eletrônico (email)	
Endereço Comercial	
Telefone Comercial	
Nome do Representante Legal	

Vitória, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
nome e assinatura do representante da empresa